



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 04

**Direito Administrativo p/ ABIN - Oficial de Inteligência**

Professor: Herbert Almeida

## AULA 4: Agentes públicos (parte 2)

### Sumário

REGIME DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .....	2
ÂMBITO DE APLICAÇÃO .....	2
PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO .....	3
ESTÁGIO PROBATÓRIO .....	21
REMUNERAÇÃO E VANTAGENS.....	25
FÉRIAS.....	30
LICENÇA.....	30
DEMISSÃO.....	32
APOSENTADORIA .....	34
ACUMULAÇÃO .....	36
QUESTÕES COMENTADAS NA AULA.....	37
GABARITO.....	41
REFERÊNCIAS .....	41

Olá pessoal, tudo bem?

Estamos concluindo o tema agentes públicos, no entanto, como é um assunto repleto de jurisprudência, preferi dividir a aula e trabalhar de um modo um pouco diferente esse arquivo. Dessa forma, preparei um material somente com **questões comentadas** sobre a Lei 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Assim, nesta aula, vamos estudar quase todos os aspectos relevantes da Lei 8.112/1990 e, adicionalmente, algumas previsões constitucionais.

Como a aula é somente de questões, recomendo uma leitura preliminar dos artigos 37 ao 41 da Constituição Federal e de toda a Lei 8.112/1990.

Na segunda parte da aula (a ser postada no dia 07/10), vamos abordar todos os demais itens sobre os agentes públicos e o Código de Ética.

Com isso, finalizaremos o nosso curso sem ficar cansativo demais ok?!

Vamos à aula, aproveitem!

## REGIME DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

---

Como informado na introdução, esta parte da aula será somente de resolução de questões. Recomendo a leitura preliminar dos artigos 37 ao 41 da Constituição Federal e da totalidade da Lei 8.112/1990.

### Âmbito de aplicação

---

**1. (CESPE – TJ/TRE MS/2013)** A Lei n.º 8.112/1990 aplica-se

- a) aos servidores temporários.
- b) aos servidores públicos efetivos do Distrito Federal.
- c) aos servidores públicos militares.
- d) aos servidores públicos das empresas públicas.
- e) aos servidores públicos das autarquias.

**Comentário: vejamos o que estabelece o art. 1º da Lei 8.112/1990:**

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, **das autarquias**, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

**Assim ficou fácil, resposta E.**

**Aos servidores temporários se aplica o chamado terceiro regime. Isso porque eles não são estatutários em *sentido próprio*, pois não estão submetidos ao RJU, mas também não estão submetidos à CLT.**

**A Lei 8.112/90 é Lei Federal, não se aplicando, portanto, ao DF. Aos militares se aplica um estatuto próprio (Estatuto dos Militares). Por fim, para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, aplicam-se as regras da CLT.**

**Gabarito: alternativa E.**

Julgue o item a seguir, a respeito do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 8.112/1990.

**2. (CESPE – AJ/STF/2013)** Submetem-se ao referido regime jurídico apenas os servidores civis ocupantes de cargos na administração direta federal, aí incluídos os servidores do Ministério Público da União, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

**Comentário: novamente a questão cobra a literalidade do art. 1º da Lei 8.112/1990:**

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis **da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.**

Ou seja, o RJU vai além da administração direta federal, alcançando também os servidores das **autarquias** e das **fundações públicas federais**.

Gabarito: errado.

## Provimento, vacância, remoção e redistribuição

---

**3. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Segundo a Lei n.º 8.112/1990, são consideradas formas de provimento e de vacância de cargo público a promoção e a readaptação.

**Comentário:** segundo Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>, provimento é o ato pelo qual se efetua o preenchimento do cargo público, com a designação de seu titular. A Lei 8.112/90 estabelece sete hipóteses de provimento, vejamos:

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- [...]
- V - readaptação;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reintegração;
- IX - recondução.

**Existem duas formas de provimento:**

- inicial ou originário;
- derivado.

O provimento originário é o que se faz através da nomeação, constituindo o preenchimento inicial do cargo sem que haja qualquer vínculo anterior com a administração. Quando se tratar de provimento em cargos efetivos, o provimento originário dependerá de prévia aprovação em concurso público.

Todas as demais formas de provimento (promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução) constituem sempre uma alteração na situação de serviço do provido. Para uma melhor compreensão sobre o tema, vamos verificar os conceitos de cada uma das formas de provimento derivado:

- **promoção**: é a forma de provimento derivado que ocorre em carreiras nas quais o desenvolvimento do servidor ocorre por provimentos de cargos sucessos e ascendentes<sup>2</sup>. Ou seja, a promoção ocorre nos cargos

---

<sup>1</sup> Meirelles, 2013, p. 482.

<sup>2</sup> Alexandrino e Paulo, 2011, p. 354.

organizados em carreiras e consiste no progresso do servidor ao longo dessa carreira. Cabe lembrar que a promoção não permite que um servidor ascenda de uma carreira para outra. Assim, a promoção ocorre sempre dentro de uma carreira.

- **readaptação**: encontra respaldo no artigo 24 da Lei 8.112/90, vejamos:

“Art. 24. Readaptação é a **investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica**.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º **A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos** e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.” (grifos nossos)

Esta hipótese de provimento ocorre quando o servidor, seja estável ou não, sofre alguma limitação em sua capacidade física ou mental que o torne inapto para o cargo que ocupa, mas que não o torne inválido. Dessa forma, o servidor deverá ser readaptado para um cargo com atribuições, habilidades e nível de escolaridade afins, além da equivalência na remuneração.

- **reversão**: é o retorno à atividade do servidor aposentado, podendo ocorrer em duas situações:

a. **de ofício**: quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez;

b. **a pedido (por interesse da administração)**: quando o servidor estável que obteve aposentadoria voluntária solicite a reversão. Para tanto, deve existir interesse da administração; a aposentadoria não pode ter ocorrido há mais de cinco anos; e deve existir cargo vago.

A Lei destaca que a reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. Além disso, o tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da nova aposentadoria. Porém, para que seja feito o novo cálculo dos valores de aposentadoria, o servidor que utilizou a reversão a pedido deverá permanecer pelo menos cinco anos no cargo.

- **aproveitamento**: encontra previsão no artigo 41, §3º da CF e nos artigos 30 a 32 da Lei 8.112/90. Consiste no retorno à atividade de servidor, posto em disponibilidade (somente servidor estável), em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

A Lei destaca que será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial. Porém, o Estatuto do Servidor não estabeleceu o referido “prazo legal”.

- **reintegração**: a reintegração consta no artigo 41, §2º da CF:

“§ 2º **Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável**, será ele **reintegrado**, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.” (grifos nossos)

A lei 8.112, por sua vez, dispõe o seguinte:

“Art. 28. A **reintegração** é a reinvestidura do **servidor estável** no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando **invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial**, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.”

A reintegração ocorre quando um servidor tem sua demissão invalidada por processo **administrativo** ou **judicial**. Nesse caso, o servidor deve retornar ao cargo de origem, recebendo ressarcimento de todas as vantagens a que teria jus durante o período de desligamento.

- **recondução**: também decorre do §2º do artigo 42 da CF. Complementando o Texto Constitucional, o artigo 29 da Lei 8.112/90 estabelece que a recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de duas hipóteses distintas:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

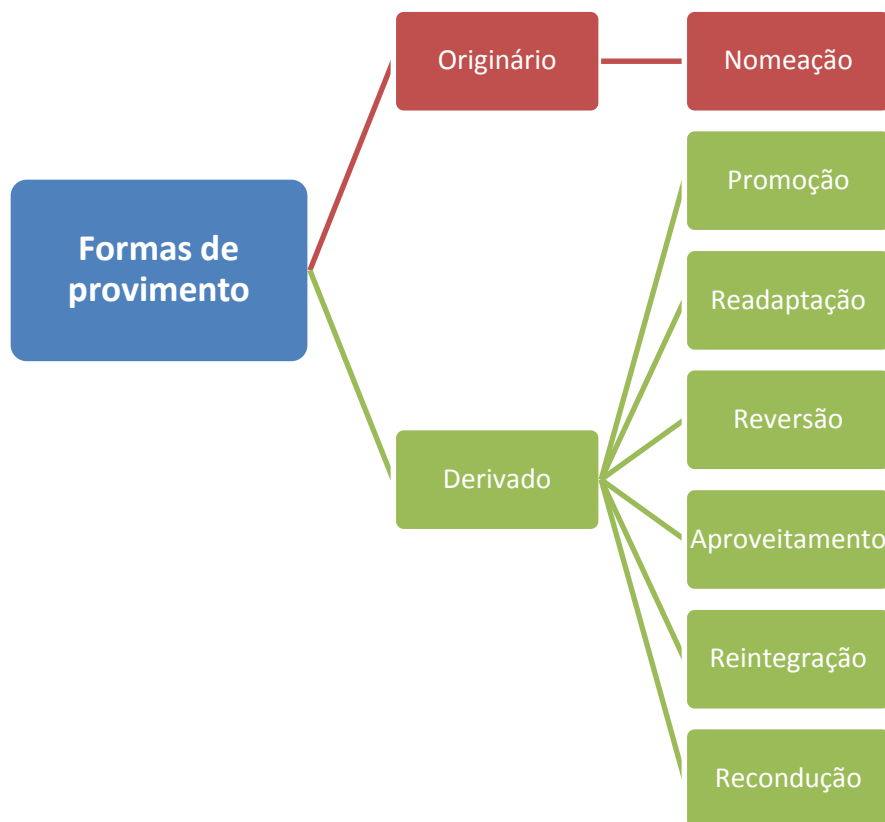
II - reintegração do anterior ocupante.

Ou seja, a recondução aplica-se **exclusivamente ao servidor estável**, podendo ocorrer em duas situações.

Como exemplo para o primeiro caso, imagine que João, servidor estável no Poder Judiciário, tenha obtido aprovação para o concurso do TCU. Porém, João não obteve desempenho suficiente e acabou reprovado no estágio probatório. Nessa situação, ele será reconduzido ao cargo anterior. Cabe destacar, ainda, que o STF<sup>3</sup> e, por conseguinte, a AGU, entendem que o servidor estável em um cargo e que depois tomou posse em outro, tem assegurada a recondução caso desista do outro cargo durante o período de estágio probatório.

Em síntese, na primeira hipótese prevista no artigo 29 da Lei 8.112/90, o servidor estável tem direito ao retorno ao cargo anterior caso seja inabilitado ou desista do estágio probatório.

A segunda situação decorre da reintegração de outro servidor. Como exemplo, imagine que Pedro tenha sido demitido e posteriormente o seu cargo foi ocupado por Joaquim, que era servidor estável de outro órgão. Porém, Pedro teve a demissão invalidada por decisão judicial. Nessa situação, Joaquim será reconduzido ao cargo anterior, sem direito a qualquer indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.



Terminada a parte sobre provimento, vamos para a **vacância**, que corresponde às hipóteses em que o servidor desocupa o seu cargo, tornando-o passível de preenchimento por outra pessoa. As hipóteses de vacância estão previstas no artigo 33 e são as seguintes:

- a. **exoneração;**
- b. **demissão;**
- c. **promoção;**
- d. **readaptação;**
- e. **aposentadoria;**

- f. posse em outro cargo inacumulável;
- g. falecimento.

Vejam que a promoção e a readaptação são hipóteses tanto de vacância quanto de provimento. “*Como assim professor?*”

É fácil de entender. Quando o servidor é promovido, ele passa a ocupar o cargo subsequente da carreira e deixa vago o cargo atual. Da mesma forma, Quando o servidor é readaptado, em virtude de limitação física ou mental que tenha sofrido, ele deixará um cargo, para o qual esteja inapto, e ocupará o outro, para o qual foi readaptado. [Daqui, podemos concluir que a questão está correta.](#)

Além disso, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo<sup>4</sup> entendem que a posse em outro cargo inacumulável também é uma hipótese de vacância e provimento. Concordamos com os autores, porém essa não é uma hipótese expressa da Lei 8.112/1990.

A aposentadoria e o falecimento são hipóteses que não demandam explicações.

A exoneração de servidor efetivo poderá ocorrer a pedido ou de ofício. Nessa segunda hipótese, a exoneração somente é cabível em caso de inabilitação em estágio probatório ou se o servidor não entrar em exercício dentro do prazo legal.

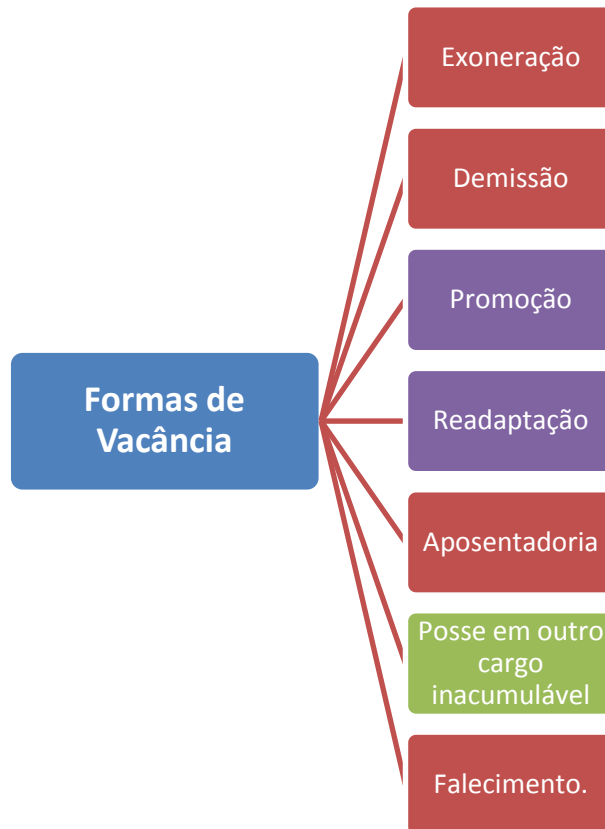
Caso se trate de servidor comissionado, a exoneração poderá ocorrer a pedido ou livremente pela autoridade competente.

A demissão, por sua vez, constitui punição ao servidor, decorrendo de situações como crime contra a administração pública, abandono de cargo, improbidade administrativa, insubordinação grave em serviço, etc.

---

<sup>4</sup> Alexandrino e Paulo, 2011, p. 367.





**Gabarito: correto.**

4. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013) Suponha que o ato de designação de determinada servidora para o exercício de função de confiança em um TRT tenha sido publicado em 30/4/2013 e que ela tenha se apresentado em 15/5/2013 para entrar em exercício. Nessa situação hipotética, a apresentação da servidora ocorreu dentro do prazo determinado pela legislação em vigor.

**Comentário:** vamos estudar um pouco os termos provimento, posse e exercício.

O provimento, já estudado nesta aula, é o ato administrativo por meio do qual é preenchido o cargo público, com a designação de seu titular.

A posse é a investidura no cargo público. A posse só ocorrerá no caso de nomeação do servidor (Art. 13, §4º). Nessa linha, José dos Santos Carvalho Filho<sup>5</sup> destaca que a nomeação é ato administrativo que materializa o provimento originário de um cargo. Dessa forma, a nomeação é ato unilateral da autoridade responsável. Por sua vez, a investidura é constituída de atos do Estado e do interessado, sendo, portanto, ato bilateral.

Assim, o autor apresenta a seguinte definição para posse:

“A *posse* é o ato de investidura pelo qual ficam atribuídos ao servidor as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo. (...) É o momento em que o servidor assume o compromisso do fiel cumprimento dos deveres e

<sup>5</sup> Carvalho Filho, 2013, p. 621.

atribuições (...). Com a posse, completa-se também a relação estatutária da qual fazem parte o Estado, de um lado, e o servidor, de outro.”

Por fim, Carvalho Filho assevera que o exercício representa o efetivo desempenho das funções atribuídas ao cargo. É o exercício que constitui o direito do servidor a receber remuneração pelo desempenho das funções inerentes ao cargo.

Nessa linha, a Lei 8.112/90 dispõe que a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei (Art. 13).

A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento (nomeação). Se o servidor não tomar posse nesse prazo, será tornado sem efeito o ato de provimento. Caso o servidor esteja em algumas das licenças previstas nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento (recomendamos a leitura dos incisos a alíneas mencionados diretamente na Lei 8.112/90).

A lei permite que a posse se dê mediante procuração específica, ou seja, o futuro servidor poderá outorgar a competência de assinar o termo de posse a outra pessoa. Por óbvio, o mesmo não pode ocorrer com o exercício.

São requisitos básicos para investidura em cargo público (Art. 5º):

- I. a nacionalidade brasileira (a EC 19/98 permitiu que estrangeiros tenham acesso aos cargos públicos na forma da lei);
- II. o gozo dos direitos políticos;
- III. a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV. o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V. a idade mínima de dezoito anos;
- VI. aptidão física e mental.
- VII. outros requisitos estabelecidos em lei de acordo com as atribuições do cargo.

Além disso, no ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e dependerá de prévia inspeção médica oficial.

O artigo 15 dispõe que o exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse é de quinze dias. Já o início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação. Caso não entre em exercício dentro desses prazos, o servidor será exonerado do cargo (provimento efetivo), ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança.

Vejam que a assertiva está errada, pois o servidor deve tomar posse na data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento.

Gabarito: errado.

5. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013) Segundo entendimento do STJ, o servidor público federal tem direito de ser removido a pedido, independentemente do interesse da administração, para acompanhar o seu cônjuge empregado de empresa pública federal que tenha sido deslocado para outra localidade no interesse da administração.

**Comentário:** a remoção não é hipótese nem de provimento nem de vacância. Segundo a Lei 8.112/90, a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Ou seja, a remoção representa um deslocamento do servidor para exercer suas atividades em outra unidade do mesmo quadro de pessoal. Dessa forma, o servidor continua no mesmo cargo, sem modificar o seu vínculo com a Administração.

**Vejam o conteúdo da Lei:**

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

**Vejam que expressamente não consta a possibilidade de remoção para acompanhar cônjuge empregado de empresa pública. Contudo, o STJ tem entendimento ampliativo nesse caso, vejamos:**

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ART. 36, III, A, DA LEI N. 8.112/1990. REMOÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE, EMPREGADA DE EMPRESA PÚBLICA FEDERAL.

POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA DO SIGNIFICADO DE SERVIDOR PÚBLICO (PRECEDENTES DO STJ). PROTEÇÃO DO ESTADO À UNIDADE FAMILIAR (ART. 226 DA CF).

**1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem atribuindo uma interpretação ampliativa ao conceito de servidor público para alcançar não apenas os que se vinculam à Administração direta, como também os que exercem suas atividades nas entidades da Administração indireta** (Cf. EREsp n. 779.369/PB, Primeira Seção, Relator p/ o acórdão Ministro Castro Meira, DJ de 4/12/2006).

2. A Constituição Federal consagra o princípio da proteção à família, bem maior que deve ser protegido pelo Estado.

3. O disposto no art. 36, III, a, da Lei n. 8.112/1990 deve ser interpretado em consonância com o art. 226 da Carta Magna, ponderando-se os valores que visam proteger.

4. O Poder Público deve velar pela proteção à unidade familiar, mormente quando é o próprio empregador.

5. Segurança concedida.

(MS 14.195/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2013, DJe 19/03/2013)"

**Dessa forma, assegura-se o direito à remoção a pedido, independentemente de interesse da Administração, para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado no interesse da Administração, seja ele servidor, empregado ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ainda das entidades da Administração indireta.**

**Gabarito: correto.**

**6. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Considere que Roberta, empregada pública concursada da Caixa Econômica Federal, tenha solicitado remoção para acompanhar seu cônjuge, servidor público de um TRT, que havia sido removido no interesse da administração para localidade diferente da que vivia com sua esposa. Em face dessa

situação hipotética, é correto afirmar que o pedido de Roberta não encontra amparo legal na Lei n.º 8.112/1990.

**Comentário:** essa questão é o inverso da situação anterior. Naquela ocasião, vimos que o STJ assegura a remoção a pedido, independentemente de interesse da Administração para acompanhar o cônjuge empregado público. Neste novo caso, é a empregada pública que deseja a remoção. Porém, não há amparo legal, pois a Lei 8.112/1990 não se aplica à servidora. Lembre-se:

- servidor público – regime estatutário – Lei 8.112/90;
- empregado público – regime celetista – CLT.

**Gabarito:** correto.

**7. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** Se a publicação do ato de provimento de determinado indivíduo em cargo público federal tiver ocorrido em 29 de abril de 2013, mas sua posse, somente no dia 15 do mês seguinte, a posse será considerada sem efeito, por ter ocorrido fora do prazo previsto na legislação em vigor.

**Comentário:** o prazo para a pessoa tomar posse é de 30 dias a contar da publicação do ato de provimento. Já o prazo de exercício é de 15 dias. Assim, o indivíduo tomou posse dentro do prazo legal.

**Vejamos o conteúdo da Lei 8.112/1990 sobre o assunto:**

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

**Gabarito:** errado.

**8. (CESPE – Assistente 1/CNPq/2011)** Segundo a Lei n.º 8.112/1990, as instituições federais de pesquisa científica e tecnológica podem prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com os procedimentos e as normas nela previstos.

**Comentário:** segundo o artigo 5º da Lei 8.112/90:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;

- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

**Gabarito: correto.**

**9. (CESPE – TJ/TRE MS/2013)** Ao funcionário público federal estável aprovado em novo concurso público, para outro órgão, mas não habilitado no estágio probatório desse novo cargo aplica-se, para que retorne ao cargo por ele anteriormente ocupado, o instituto da

- a) redistribuição.
- b) recondução.
- c) readaptação.
- d) reversão.
- e) reintegração.

**Comentário:** para responder a essa questão vamos verificar o que significa cada uma das opções:

a) a redistribuição, segundo o artigo 37 da Lei 8.112/1990, é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC. Para que ela ocorra devem ser observados (1) interesse da administração; (2) equivalência de vencimentos; (3) manutenção da essência das atribuições do cargo; (4) vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (5) mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e (6) compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade - **ERRADO**;

b) a recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado - **CORRETO**;



c) a readaptação ocorre quando o servidor, seja estável ou não, sofre alguma limitação em sua capacidade física ou mental que o torne inapto para o cargo que ocupa, mas que não o torne inválido. Dessa forma, o servidor deverá ser readaptado para um cargo com atribuições, habilidades e nível de escolaridade afins, além da equivalência na remuneração – **ERRADO**;

d) a reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado – **ERRADO**;

e) a reintegração ocorre quando um servidor tem sua demissão invalidada por processo administrativo ou judicial. Nesse caso, o servidor deve retornar ao cargo de origem, recebendo ressarcimento de todas as vantagens a que teria jus durante o período de desligamento - **ERRADO**.

**Gabarito: alternativa B.**

**10. (CESPE – Analista Administrativo/ANTT/2013)** A reintegração, a recondução e a remoção são formas de manejo do servidor público federal. A reintegração consiste na reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial. A recondução, por sua vez, refere-se ao retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em razão de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante. A remoção, por fim, é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

**Comentário: lembrando os termos:**

- **reintegração** - ocorre quando um servidor tem sua demissão invalidada por processo administrativo ou judicial. Nesse caso, o servidor deve retornar ao cargo de origem, recebendo ressarcimento de todas as vantagens a que teria jus durante o período de desligamento;
- **recondução** - é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de duas hipóteses distintas (I) inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e (II) reintegração do anterior ocupante.
- **remoção** - representa um deslocamento do servidor para exercer suas atividades em outra unidade do mesmo quadro de pessoal. Dessa forma, o servidor continua no mesmo cargo, sem modificar o seu vínculo com a Administração.

**Assim, encontramos a correção da assertiva.**

**Gabarito: correto.**

**11. (CESPE – TA/ANTT/2013)** O servidor público reintegrado ao cargo em razão da declaração judicial de nulidade de ato de demissão não tem direito ao tempo de

serviço, aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagos durante o período de afastamento.

**Comentário:** a reintegração somente irá ocorrer quando a demissão do servidor for invalidada, seja por decisão judicial ou administrativa. Caso a reintegração aconteça, o servidor terá direito ao ressarcimento de todas as vantagens pertinentes ao cargo.

**Gabarito:** errado.

**12. (CESPE – Assistente 1/CNPq/2011)** A transferência e a reversão são formas de provimento de cargo público vedadas pela legislação.

**Comentário:** atualmente, são aceitos como formas de provimento:

I - nomeação;

II - promoção;

V - readaptação;

VI - reversão;

VII - aproveitamento;

VIII - reintegração;

IX - recondução.

A transferência e a ascensão já estiveram entre as formas de provimento, porém foram revogadas (Lei 9.527/1997) por propiciarem ao servidor a investidura em cargo que não integra a sua carreira sem a devida aprovação em concurso público.

**Gabarito:** errado.

**13. (CESPE - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/DEPEN/2013)** De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, são formas de provimento em cargo público a nomeação, a promoção e a recondução.

**Comentário:** perfeito! São formas de provimento de cargo público a nomeação; a promoção; a ascensão; a readaptação; a reversão; o aproveitamento; a reintegração e a recondução.

**Gabarito:** correto.

**14. (CESPE – AJ/STF/2013)** A vacância decorre, entre outros fatos, da ascensão e da transferência.

**Comentário:** a vacância corresponde às hipóteses em que o servidor desocupa o seu cargo, tornando-o passível de preenchimento por outra pessoa. Segundo



o artigo 33, ela poderá ocorrer através de exoneração; demissão; promoção; readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável e falecimento.

A ascensão e a transferência constavam no antigo texto da Lei, porém foram consideradas inconstitucionais (ADI 837/98) e, posteriormente, foram revogadas pela Lei n.º 9.527/1997.

**Gabarito: errado.**

**15. (CESPE – Assistente em Administração/FUB/2013)** A remoção constitui o deslocamento do cargo de provimento efetivo desocupado no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo poder.

**Comentário:** já estudamos isso. A remoção constitui o deslocamento de servidor para exercer suas atividades em outra unidade do mesmo quadro de pessoal.

**Gabarito: errado.**

**16. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** Considere que, em janeiro de 2012, João tenha completado dezessete anos de idade e começado a cursar Direito, sua primeira graduação. Considere, ainda, que, no fim do mesmo ano, ele tenha sido aprovado em concurso público para um cargo de nível superior. Nessa situação, João estava habilitado para tomar posse no referido cargo em fevereiro de 2013.

**Comentário:** os requisitos para investidura no serviço público encontram-se no artigo 5º da Lei 8.112/90.

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei. (grifos nossos)

**Em geral, esses requisitos devem ser comprovados na hora da posse. Vejam que, em fevereiro de 2013, João já terá completado 18 anos, porém não terá concluído o curso superior.**

**Gabarito: errado.**

**17. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Segundo entendimento firmado pelo STJ, o candidato aprovado fora das vagas previstas originariamente no edital, mas classificado até o limite das vagas surgidas durante o prazo de validade

do concurso, possui direito líquido e certo à nomeação se o edital dispuser que serão providas, além das vagas oferecidas, as outras que vierem a existir durante a validade do certame.

**Comentário:** essa é uma boa questão para os concurseiros. Não faz muito tempo, era pacífico o entendimento de que a aprovação em concurso público constituía mera expectativa, porém não garantia a nomeação no concurso. Felizmente, o entendimento evoluiu. Atualmente, o STF entende que o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital tem direito líquido e certo à nomeação.

Ademais, no final de 2012, o STJ apresentou entendimento de que o candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas previstas no edital, mas classificado até o limite das vagas surgidas durante o prazo de validade do concurso, possui direito à nomeação, desde que o edital disponha que serão providas outras vagas surgidas durante a validade do concurso. Vejamos o precedente (Informativo, de 06/02/13):

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. VAGAS QUE SURGEM DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO.

O candidato aprovado fora das vagas previstas originariamente no edital, mas classificado até o limite das vagas surgidas durante o prazo de validade do concurso, possui direito líquido e certo à nomeação se o edital dispuser que serão providas, além das vagas oferecidas, as outras que vierem a existir durante sua validade. Precedentes citados: AgRg no RMS 31.899-MS, DJe 18/5/2012, e AgRg no RMS 28.671-MS, DJe 25/4/2012. MS 18.881-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 28/11/2012.”

**Cabe destacar, por fim, que este entendimento é divergente do apresentado pelo STF, uma vez que alcança uma situação mais ampla (além das vagas previstas no edital, abrange também aquelas surgidas durante o prazo de validade do concurso). Logo, o item está correto.**

**Gabarito: correto.**

**18. (CESPE – TA/ANTT/2013)** O portador de visão monocular tem direito a concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

**Comentário:** quando o Cespe vem com jurisprudência, o negócio fica “*pesado*”! Vejamos o conteúdo da Súmula nº 377 do STJ:

**STJ Súmula nº 377**

Portador de Visão Monocular - Vagas Reservadas aos Deficientes

O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

**Assim, o portador de visão monocular tem direito de concorrer às vagas reservadas aos deficientes nos concursos públicos.**

**Aproveitando, vamos dar uma olhada nas regras sobre concurso público.**

**A exigência de concurso público consta no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, constituindo procedimento obrigatório para a investidura nos cargos efetivos e empregos públicos:**

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

**O concurso público tem por objetivo satisfazer, de forma concomitante, dois princípios basilares da Administração<sup>6</sup>: o princípio da eficiência, ao aumentar as chances de que os agentes administrativos detenham um nível de desenvolvimento intelectual mínimo, compatível com as atribuições do cargo; e o princípio da isonomia, pois todos concorrem segundo os mesmos critérios no certame.**

**Não se aplica o concurso para:**

- os cargos em comissão, pois são de livre nomeação e exoneração da autoridade competente;
- os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (inciso IX, Art. 37, CF/88). Nesse caso, aplicar-se-á, quando possível, apenas um processo seletivo simplificado;
- contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, nos termos do §4º do artigo 198 da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 51/2006, e da Lei 11.350/2006, que se submeterão ao processo seletivo público, que, em tese, é idêntico aos concursos públicos.

**Os concursos públicos têm prazo de validade de até dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.**

**Por fim, o atual entendimento do STF e do STJ é de que o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital tem direito líquido e certo à nomeação (este assunto será abordado com mais detalhes na próxima parte desta aula).**

**Gabarito: correto.**

**19. (CESPE - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/DEPEN/2013) A investidura em cargo público depende de prévia aprovação em concurso público, exceto para os cargos em comissão e as funções de confiança.**

---

<sup>6</sup> Barchet, 2008, p. 346.

**Comentário: vamos dar uma olhada em alguns dispositivos constitucionais:**

Art. 37. (...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - **as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo**, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

**As funções de confiança são exercidas exclusivamente por ocupantes de cargo efetivo. Dessa forma, previamente, o servidor foi aprovado em concurso público.**

**As exceções do concurso público são os cargos em comissão e os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Há, ainda, a possibilidade de contratação de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE) por meio de processo seletivo público.**

**Gabarito: errado.**

**20. (CESPE – AJ/STF/2013)** A declaração de desnecessidade de cargo público, derivada de juízo de oportunidade e conveniência da administração pública, deve ser realizada mediante lei ordinária específica.

**Comentário: a extinção dos cargos públicos, em regra, depende de edição de lei específica, nos termos do art. 48, X, da Constituição Federal. Todavia, a Emenda Constitucional 32/2001 apresentou algumas hipóteses de edição dos chamados “decretos autônomos”, que permitem, entre outras coisas, a extinção de cargos públicos, quando vagos.**

**Todavia, a extinção de cargo público não se confunde com a declaração de sua desnecessidade. Neste último caso, o STF já assentou o entendimento de que a declaração de desnecessidade de cargos públicos está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da administração, não dependendo de lei ordinária para tanto. Nesse sentido, vejamos o precedente previsto no RE 194.082:**

Desnecessidade de cargo público. Precedentes da Corte. **Já assentou a Suprema Corte que a declaração de desnecessidade de cargos**

públicos está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da administração, não dependendo de lei ordinária para tanto. (RE 194.082, Rel. Min. Menezes Direito, julgamento em 22-4-2008, Primeira Turma, DJE de 30-5-2008.)”.

**Gabarito: errado.**

**21. (CESPE – TA/ANTT/2013)** A natureza do vínculo que liga o servidor ao Estado é de caráter legal e pode sofrer, no âmbito da legislação ordinária pertinente, modificações, às quais o servidor deve obedecer; não há direito adquirido do servidor a determinado regime jurídico.

**Comentário:** o servidor público está sujeito ao regime estatutário, que é disposto em lei. A natureza legal do regime estatutário tem, como consequência, eventuais modificações na legislação. Com isso, é pacífico o entendimento no STF e STJ de que o servidor público não tem direito adquirido à imutabilidade do regime jurídico. Contudo, devem ser respeitados os direitos cujos suportes fáticos foram integralmente preenchidos enquanto estava em vigor a legislação revogada, uma vez que constitui direito adquirido do servidor<sup>7</sup>.

Vamos explicar melhor. Quando “A” ingressou no serviço público, a lei previa um adicional de um por cento por ano de efetivo serviço. Porém, após 15 anos, esse dispositivo foi revogado. Assim, “A” continuará recebendo os 15% incorporados, uma vez que preencheu os requisitos na época em que a lei estava em vigor. Contudo, não terá direito aos adicionais subsequentes (16, 17, 18%...), pois não pode alegar direito adquirido quanto ao regime jurídico em vigor.

**Nesse contexto, vejamos um precedente do STJ:**

STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1349802 RJ 2012/0183506-2 (STJ)

Data de publicação: 24/06/2013

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 514 E 515 DO CPC. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. VPNI. REAJUSTE APENAS EM SEDE DE REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. DESVINCULAÇÃO COM A VERBA DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PRECEDENTES. 1. [...] 3. É cediço que a natureza do vínculo que liga o servidor ao Estado é de caráter legal e pode, por consequente, sofrer modificações no âmbito da legislação ordinária pertinente, as quais o servidor deve obedecer, de modo que não há direito adquirido do servidor a determinado regime jurídico, nos termos de tranquila jurisprudência da Suprema Corte. 4. Agravo regimental não provido.

RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1349802 RJ 2012/0183506-2 (STJ)  
Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES.

---

<sup>7</sup> Barchet, 2008, p. 341.

Gabarito: correto.

## Estágio probatório

---

**22. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Servidor de determinado TRT, ainda em estágio probatório, não pode ser cedido a órgão do Poder Executivo federal para ocupar cargo de provimento em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) de nível 4.

**Comentário:** é hora de falarmos sobre o estágio probatório. Segundo o artigo 20 da Lei 8.112/90:

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de **24 (vinte e quatro) meses**, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I - assiduidade;
- II - disciplina;
- III - capacidade de iniciativa;
- IV - produtividade;
- V- responsabilidade.” (grifos nossos)

**Para iniciar nossos estudos, devemos dar uma olhada no que a Constituição estabelece sobre a estabilidade do servidor efetivo:**

Art. 41. São estáveis **após três anos de efetivo exercício** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

(...)

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

**Primeira coisa que devemos saber é que o estágio probatório e o ganho de estabilidade são coisas distintas. O estágio probatório é um período em que o servidor será avaliado quanto à aptidão para desempenhar determinado cargo, enquanto a estabilidade é obtida, uma única vez, pelo servidor público dentro de um mesmo ente federado, ou seja, o servidor torna-se estável no serviço público dentro de um ente federado, e não em um cargo determinado<sup>8</sup>.**

**Exemplificando, imagine que “A” seja servidor público no órgão Y da União. Após três anos de serviço e cumprido o requisito do §4º do artigo 41 da CF/88, “A” torna-se estável no serviço público. Caso ele seja aprovado em concurso público para o cargo “Z”, ele deverá fazer novo estágio probatório, mas continua estável no serviço público. Dessa forma, caso ele não obtenha desempenha**

---

<sup>8</sup> Alexandrino e Paulo, 2011, p. 363.



satisfatório (reprove no estágio), será reconduzido ao cargo anterior (§2º, Art. 20, Lei 8.112/90<sup>9</sup>).

Outro ponto importante é que a Lei 8.112 e a Constituição Federal (redação da EC 19/1998) dispõem de forma diferente sobre o estágio probatório (24 meses) e o ganho de estabilidade (três anos). Entretanto, o atual entendimento da AGU (Parecer AC-17/2004), do STF e do STJ é de que o estágio probatório tem duração de três anos.

Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput do artigo 20 (assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade). Caso não seja aprovado no estágio, o servidor será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Apesar de a exoneração não ter caráter punitivo, deve ser assegurado ao servidor o direito de defesa.

O §3º do artigo 20 da Lei 8.112/90 prescreve que o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes. Eis o erro da questão.

Prosseguindo, o §4º estabelece os tipos de licenças e afastamentos que podem ser concedidas ao servidor em estágio probatório: (a) licença por motivo de doença em pessoa da família; (b) licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; (c) licença para o serviço militar; (d) licença para atividade política; (e) afastamento para exercício de mandato eletivo; (f) afastamento para estudo ou missão no exterior; (g) afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere; (h) afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública federal.

Finalizando, o §5º do Art. 20 estabelece que o estágio probatório ficará suspenso durante as seguintes licenças e afastamentos: (a) licença por motivo de doença em pessoa da família; (b) licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; (c) licença para atividade política; (d) afastamento para exercício

---

<sup>9</sup> Art. 20. (...) § 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

de mandato eletivo; (e) afastamento para servir em organismo internacional e (f) afastamento para participar de curso de formação. Nesses casos, o estágio será retomado a partir do término do impedimento.

Falando um pouco mais sobre a estabilidade, é importante saber que a Constituição, através da EC 19/98, apresenta os seguintes requisitos cumulativos para a obtenção da estabilidade:

- aprovação em concurso público (provas ou provas e títulos);
- o cargo deve ser de provimento efetivo;
- o servidor deve passar por três anos de efetivo serviço; e
- aprovação em avaliação especial de desempenho realizado por comissão instituída para essa finalidade.

Uma vez estável, o servidor só poderá perder o cargo nas seguintes hipóteses (§1º, Art. 41, c/c Art. 169, §4º, da CF/88):

- a) em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
- d) **excesso de despesa de pessoal, nos termos do artigo 169, §4º, CF/88.**

A hipótese do artigo 169 é bem restrita, pois a Administração deverá tomar outras medidas antes da perda do cargo do servidor estável, vejamos:

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

(...)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.”



Nessa hipótese (perda de cargo por excesso de despesa), o servidor fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço (art. 169, §5º). Além disso, o cargo objeto da redução mencionada será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos (art. 169, §6º).

**Gabarito: errado.**

**23. (CESPE – Assistente 1/CNPq/2011)** Caso o servidor público não satisfaça as condições do estágio probatório, a sua exoneração do cargo efetivo ocorre a pedido ou de ofício.

**Comentário:** quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade. Caso não seja aprovado no estágio, o servidor será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Apesar de a exoneração não ter caráter punitivo, deve ser assegurado ao servidor o direito de defesa.

Até aí tudo certo, mas onde está o erro da questão? Em caso de não aprovação no estágio probatório, ocorrerá a exoneração de ofício. Há a possibilidade de o servidor obter a exoneração a pedido, mas isso não decorre da inaptidão no estágio.

**Gabarito: errado.**

**24. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** O pedido de afastamento feito por servidor em estágio probatório de um tribunal regional do trabalho, para estudos no exterior, poderá ser concedido, já que essa é uma das modalidades de afastamento a que faz jus o servidor público federal.

**Comentário:** as modalidades de afastamento que podem ser concedidas ao servidor em estágio probatório são as seguintes: licença por motivo de doença em pessoa da família; licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; licença para o serviço militar; licença para atividade política; afastamento para exercício de mandato eletivo; afastamento para estudo ou missão no exterior; afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere; afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública federal.

**Gabarito: correto.**

**25. (CESPE – Assistente em Administração/FUB/2013)** Se determinado servidor público, em estágio probatório, requerer ao órgão a que esteja vinculado autorização para realizar estudo no exterior, a direção desse órgão agirá corretamente caso

indefira o pedido sob a justificativa de inviabilidade do deferimento durante o período de estágio probatório, já que a lei pertinente veda ao servidor em estágio probatório o deferimento da referida licença.

**Comentário:** vimos, acima, as licenças e afastamentos que podem ser concedidas ao servidor em estágio probatório (§4º, Art. 20, Lei 8.112/90):

- (a) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- (b) licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- (c) licença para o serviço militar;
- (d) licença para atividade política;
- (e) afastamento para exercício de mandato eletivo;
- (f) **afastamento para estudo ou missão no exterior;**
- (g) afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere;
- (h) afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública federal.

**Gabarito:** errado.

## **Remuneração e vantagens**

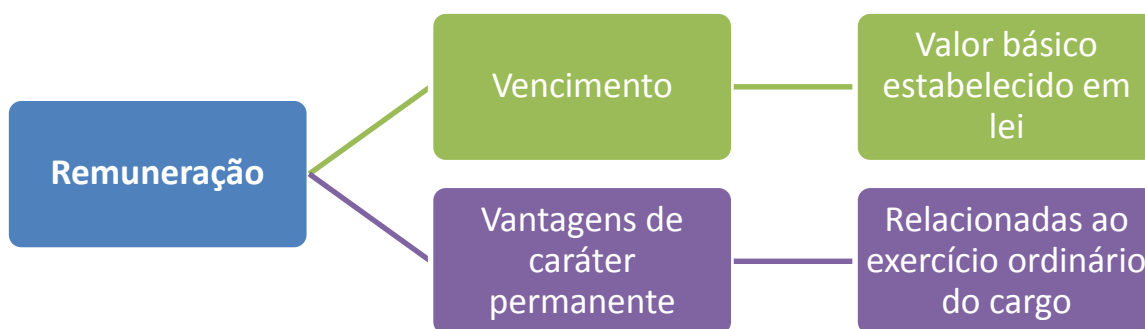
---

**26. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Se um servidor público federal tiver realizado despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo, ele terá direito ao recebimento de indenização de transporte, que se incorporará ao seu vencimento.

**Comentário:** vamos aproveitar e estudar um pouco sobre vencimento e remuneração do servidor.

De acordo com o artigo 40 da Lei 8.112/90, vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. Melhor explicando, o vencimento corresponde ao valor básico que o servidor recebe pelo exercício das funções do cargo.

O artigo 41, por sua vez, estabelece que a remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. Ou seja, a remuneração é a soma do vencimento com as demais vantagens pecuniárias de caráter permanente.



E o que vem a ser vantagens pecuniárias permanentes? Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo<sup>10</sup>, costumam ser entendidas como aquelas relacionadas ao exercício ordinário das atribuições do cargo. Assim, se a vantagem é paga ao servidor de forma pontual, porque ele exerceu o seu cargo em condições não ordinárias, ela não será uma vantagem permanente e, por conseguinte, não integra a remuneração.

As indenizações são exemplos de vantagens não permanentes, uma vez que implicam o exercício de atividade não habitual. Por exemplo, o pagamento de diárias tem caráter indenizatório, decorrendo de afastamento da sede em caráter eventual ou transitório. Dessa forma, as diárias não integram a remuneração do servidor.

Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo (§5º, Art. 41). Ou seja, o vencimento até pode ser fixado em valor inferior, porém, a remuneração (vencimento + vantagens permanentes) deverá superar o salário mínimo. Além disso, o §3º dispõe que o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível. Já o §4º, assegura a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. Cabe destacar, porém, que o Poder Judiciário não pode conceder de forma extensiva um benefício concedido a outra classe sob argumento do princípio da isonomia.

A remuneração e os proventos (designação utilizada para os servidores inativos) têm caráter alimentício e, portanto, recebem proteção da Lei 8.112/90. Dessa forma, o artigo 45 dispõe que salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento. Contudo, mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos.

<sup>10</sup> Alexandrino e Paulo, 2011, p. 373.

Com efeito, o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial. (Art. 48).

## Vantagens

Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens (art. 49):

- I - indenizações;
- II - gratificações;
- III - adicionais.

As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Já as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei. Ou seja, as indenizações não integram a remuneração em nenhuma hipótese. Já os adicionais e gratificações podem, ou não, integrar a remuneração, conforme os critérios estabelecidos em lei.

Ademais, as vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

São quatro as espécies de indenizações: (a) ajuda de custo (artigos 53 a 57); (b) diárias (artigos 58 e 59); (c) indenização de transporte (artigo 60); (d) auxílio-moradia (artigos 60-A a 60-E).

Já o artigo 61 dispõe sobre as retribuições, gratificações e adicionais que poderão ser concedidos aos servidores:

- (a) retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;
- (b) gratificação natalina;
- (c) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- (d) adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- (e) adicional noturno;
- (f) adicional de férias;
- (g) outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e
- (h) gratificação por encargo de curso ou concurso.

Analisando a questão, podemos perceber que ela está errada, pois a indenização de transporte, assim como todas as outras indenizações, não se incorpora ao vencimento.

**Gabarito: errado.**

**27. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Conforme decisão recente do STJ, o adicional noturno previsto na Lei n.º 8.112/1990 será devido ao servidor público federal que preste serviço em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte. Entretanto, esse adicional não será devido se o serviço for prestado em regime de plantão.

**Comentário:** vamos começar pelo Recurso Especial do STJ que trata do assunto apresentado na questão.

RECURSO ESPECIAL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGENTES DA POLÍCIA FEDERAL. REGIME DE PLANTÃO (24H DE TRABALHO POR 48H DE DESCANSO). ADICIONAL NOTURNO. ART. 7º, IX, DA CF/88. ART. 75 DA LEI 8.112/90. CABIMENTO. PRECEDENTES DO TST. SÚMULA 213/STF. 1. O servidor público federal, mesmo aquele que labora em regime de plantão, faz jus ao adicional noturno quando prestar serviço entre 22h e 5h da manhã do dia seguinte, nos termos do art. 75 da Lei 8.112/90, que não estabelece qualquer restrição. 2. "É devido o adicional noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento" (Súmula 213/STF). 3. Ao examinar o art. 73 da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu, inúmeras vezes, que o adicional noturno é perfeitamente compatível com o regime de plantões. 4. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1292335 RO 2011/0267651-4, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: **09/04/2013**, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2013) (grifos nossos)

**Ou seja, o STJ entende que o adicional noturno é devido ao servidor público federal que trabalhar entre 22h e 5h da manhã, ainda que o serviço seja prestado em regime de plantão. Aproveitando, vamos dar uma olhada nas disposições da Lei 8.112/90 sobre o adicional noturno:**

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

(...)

VI - adicional noturno;

(...)

Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 73.<sup>11</sup>

**Gabarito: errado.**

---

<sup>11</sup> O artigo 73 dispõe sobre o serviço extraordinário, que será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

**28. (CESPE – TJ/CNJ/2013)** Além do vencimento, o servidor público pode receber vantagens, como indenizações, gratificações e adicionais, sendo que as duas primeiras vantagens citadas incorporam-se ao vencimento ou provento.

**Comentário:** a remuneração é composta pelo vencimento mais as vantagens pecuniárias de caráter permanente. As vantagens previstas na Lei 8.112 são: I - indenizações; II - gratificações; III - adicionais. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Já as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

**Gabarito:** errado.

**29. (CESPE – AJ/STF/2013)** De acordo com a CF, os vencimentos percebidos pelos ocupantes de cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores àqueles percebidos pelos ocupantes de cargos do Poder Executivo.

**Comentário:** questão literal. Vamos ao artigo 37, inciso XII da Constituição da República: “*XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;*”.

**Gabarito:** correto.

**30. (CESPE – AJ/STF/2013)** Considere que determinado ente da administração indireta do qual Pedro é servidor tenha concedido, contrariamente à legislação, benefícios salariais a um grupo de servidores. Nessa situação, dados o princípio da isonomia e o respeito ao direito adquirido, Pedro fará jus aos mesmos benefícios se provar que executa função similar àquela desempenhada pelo referido grupo de servidores.

**Comentário:** desde já, poderíamos considerar o item errado, pois, se a concessão de benefício se deu de forma irregular, por óbvio não poderia ser estendida a outro grupo. Além disso, o Poder Judiciário não pode, sob argumento do princípio da isonomia, estender os benefícios a outros grupos de servidores.

**Gabarito:** errado.

**31. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Constituem indenizações ao servidor público ajuda de custo, diárias, alimentação, transporte e auxílio-moradia.

**Comentário:** as indenizações estão previstas no artigo 51: (a) ajuda de custo; (b) diárias; (c) transporte e (d) auxílio-moradia. A alimentação não é uma das indenizações previstas na Lei 8.112/1990.

**Gabarito:** errado.



## Férias

---

**32. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** A convocação para júri constitui hipótese de interrupção das férias de servidor público.

**Comentário:** todos nós adoramos tirar férias, não? Então vamos entender um pouco como funciona para o servidor público. O direito de férias do servidor público federal encontra-se disciplinado entre os artigos 77 e 80 da Lei 8.112/1990.

As férias são de 30 dias, podendo ser acumuladas, em até no máximo dois períodos, em caso de necessidade do serviço.

Alguns pontos importantes (Art. 77, §§ 1º ao 3º):

- para a primeira aquisição de férias, o servidor deverá ter 12 (doze) meses de exercício;
- a Lei veda que se utilize as férias para descontar faltas ao serviço;
- as férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

Contudo, há hipóteses em que as férias poderão ser interrompidas, vejamos (Art. 80):

- calamidade pública;
- comoção interna;
- convocação para júri;
- serviço militar ou eleitoral; ou
- por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Nessas situações, o restante do período interrompido será gozado de uma só vez (Art. 80, parágrafo único).

Dessa forma, concluímos pela correção do item, pois a convocação para o júri é hipótese de interrupção de férias.

Gabarito: correto.

## Licença

---

**33. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** É vedado ao servidor o exercício de atividade remunerada durante o período de licença para capacitação.

**Comentário:** o artigo 87 da Lei 8.112/90 dispõe sobre a licença para capacitação, estabelecendo que, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

Por sua vez, o artigo 81 apresenta as licenças que podem ser concedidas aos servidores federais, vejamos:

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - **por motivo de doença em pessoa da família;**

II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - para o serviço militar;

IV - para atividade política;

V - para capacitação;

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para desempenho de mandato classista.

(...)

§ **3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.** (grifos nossos)

Ou seja, a vedação se aplica à licença por motivo de doença em pessoa da família, não à licença para capacitação, conforme apresentou a questão.

Gabarito: errado.

**34. (CESPE – Analista Administrativo/ANTT/2013)** A licença para servidor público federal por motivo de doença de pessoa da família, devidamente comprovada por perícia médica oficial, poderá ser concedida a cada período de doze meses, por até noventa dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

**Comentário:** vamos à Lei novamente?

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, **mediante comprovação por perícia médica oficial.**

(...)

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, **poderá ser concedida a cada período de doze meses** nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - **por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.**

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida. (grifos nossos)



Dessa forma, a licença poderá ser concedida, mas sem a remuneração ao servidor.

Gabarito: errado.

**35. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** O prazo máximo, incluídas as prorrogações, para concessão de licença a um servidor público por motivo de doença de seu enteado é de até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

**Comentário:** o artigo 83 da Lei 8.112/1990 trata das licenças por doença de familiar. Vejamos o que dispõe o referido artigo:

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.”

Assim, correta a questão.

Gabarito: correto.

## Demissão

---

**36. (CESPE – Assistente em Administração/FUB/2013)** Caso um servidor público seja demitido de cargo efetivo por ter aplicado irregularmente dinheiro público e, cinco anos depois disso, obtenha aprovação em outro concurso público, ele não poderá assumir o novo cargo, pois a lei de regência veda, ao autor da referida conduta, o retorno ao serviço público federal.

**Comentário:** a demissão constitui uma hipótese de punição aplicada ao servidor em decorrência de condutas reprováveis. Segundo a Lei 8.112/90, artigo 132, a demissão será aplicada nos seguintes casos:

II. crime contra a administração pública;

III. abandono de cargo;

IV. inassiduidade habitual;

- V. improbidade administrativa;
- VI. **incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;**
- VII. **insubordinação grave em serviço;**
- VIII. **ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;**
- IX. aplicação irregular de dinheiros públicos;
- X. **revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;**
- XI. lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XII. corrupção;
- XIII. **acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;**
- XIV. **tenha transgredido em um dos seguintes casos (art. 117, inc. IX a XVI):**
- **valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;**
  - **participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;**
  - **atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;**
  - **receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;**
  - **aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;**
  - **praticar usura sob qualquer de suas formas;**
  - **proceder de forma desidiosa;**
  - **utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;**

Complementando, o artigo 137 dispõe que a demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Já o parágrafo único do mesmo artigo 137 estabelece que não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI. Nessa

linha, o servidor punido com demissão por aplicação irregular de dinheiros públicos não poderá retornar ao serviço público federal.

Gabarito: correto.

## Aposentadoria

---

**37. (CESPE – TJ/STF/2013)** Aos servidores titulares de cargos efetivos é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio de que eles desfrutam.

**Comentário:** vamos aproveitar esta questão para estudar um pouco a aposentadoria dos servidores públicos. As principais regras sobre aposentadoria dos servidores encontram-se previstas no artigo 40 da Constituição Federal e nos artigos 186 ao 195.

Segundo Hely Lopes Meirelles, a aposentadoria é a garantia de inatividade remunerada reconhecida aos servidores que já tenham prestado longos anos de serviço, ou se tornaram incapacitados para suas funções. Existem dois tipos de regime, o próprio (ou peculiar), aplicável aos servidores ocupantes de cargo efetivo, e o geral, regido pelo regime geral da Previdência.

O Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos Federais é aplicável aos servidores efetivos. Para os demais casos: comissionados, função temporária e empregados públicos, aplicam-se as regras do regime geral de previdência social. Corrobora com esse entendimento o §13 do Art. 40 da CF/88:

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Cabe destacar que Constituição veda expressamente a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal (Art. 40, § 20). A única ressalva ocorre para os militares, que têm regime disciplinado em lei própria.

O *caput* do artigo 40 da CF dispõe que, aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

As hipóteses para aposentadoria são as seguintes (Art. 40, §1º):

- a. por invalidez permanente – sendo os proventos **proporcionais ao tempo de contribuição**, **exceto** se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável;
- b. compulsoriamente – aos **70 (setenta) anos de idade**, com proventos **proporcionais ao tempo de contribuição**;
- c. voluntariamente – desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:
  - I. sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
  - II. sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão **reduzidos em cinco anos** para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio na primeira hipótese de aposentadoria voluntária apresentada acima (Art. 40, §5º).

Ou seja, um professor pode se aposentar com 55 anos de idade e 30 de contribuição, enquanto a professora pode se aposentar com 50 anos de idade e 25 de contribuição.

O §6º do artigo 40 apresenta a seguinte redação:

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

Ou seja, nem sempre será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio. A Constituição permite a acumulação, desde que seja proveniente de cargos acumuláveis.

O tratamento de cargos acumuláveis encontra-se no inciso XVI do artigo 37:

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto, quando houver compatibilidade de horários**, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de **dois cargos de professor**;
- b) a de um **cargo de professor com outro técnico ou científico**;
- c) a de **dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde**, com profissões regulamentadas; (grifos nossos)

Nessas situações, será permitido que o servidor perceba mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio. Dessa forma, concluímos pelo erro da assertiva, uma vez que há possibilidade de acumulação de aposentadoria no regime próprio.

Para concluir, destacamos que, segundo o inciso XVII, a proibição de acumular cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Gabarito: errado.

## Acumulação

---

**38. (CESPE – Técnico/MPU/2013)** O servidor vinculado ao regime estatutário que acumular, ainda que lícitamente, dois cargos efetivos não poderá ser investido em cargo de provimento em comissão.

**Comentário:** a resposta para este item encontra-se no artigo 120 da Lei 8.112/90, vejamos:

Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Ou seja, o servidor poderá ser investido em cargo de provimento em comissão, ainda que acumule lícitamente outros dois cargos efetivos. Todavia, duas situações poderão ocorrer para ele se investir no cargo em comissão:

- a. se não houver compatibilidade, ficará afastado de ambos os cargos efetivos;
- b. havendo compatibilidade de horário e local de um deles, poderá acumular o cargo em comissão com o cargo efetivo compatível.

A questão é uma pegadinha. Veja que ela não fala em acumular, mas em investir. De fato, é possível que o servidor que desempenhe dois cargos efetivos seja investido em um cargo de provimento em comissão, desde que respeitadas as regras acima. Assim, o item está errado.

Gabarito: errado.

-----  
É isso! Em nossa próxima aula, vamos finalizar o estudo dos agentes públicos e o nosso curso.

Espero por vocês!

Bons estudos e até breve.

**HERBERT ALMEIDA.**

[herbert@estrategiaconcursos.com.br](mailto:herbert@estrategiaconcursos.com.br)

<http://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorProfessor/herbert-almeida-3314/>

## QUESTÕES COMENTADAS NA AULA

---

**1. (CESPE – TJ/TRE MS/2013)** A Lei n.º 8.112/1990 aplica-se

- a) aos servidores temporários.
- b) aos servidores públicos efetivos do Distrito Federal.
- c) aos servidores públicos militares.
- d) aos servidores públicos das empresas públicas.
- e) aos servidores públicos das autarquias.

Julgue o item a seguir, a respeito do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 8.112/1990.

**2. (CESPE – AJ/STF/2013)** Submetem-se ao referido regime jurídico apenas os servidores civis ocupantes de cargos na administração direta federal, aí incluídos os servidores do Ministério Público da União, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

**3. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Segundo a Lei n.º 8.112/1990, são consideradas formas de provimento e de vacância de cargo público a promoção e a readaptação.

**4. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Suponha que o ato de designação de determinada servidora para o exercício de função de confiança em um TRT tenha sido publicado em 30/4/2013 e que ela tenha se apresentado em 15/5/2013 para entrar em exercício. Nessa situação hipotética, a apresentação da servidora ocorreu dentro do prazo determinado pela legislação em vigor.

**5. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Segundo entendimento do STJ, o servidor público federal tem direito de ser removido a pedido, independentemente do interesse da administração, para acompanhar o seu cônjuge empregado de empresa pública federal que tenha sido deslocado para outra localidade no interesse da administração.

**6. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Considere que Roberta, empregada pública concursada da Caixa Econômica Federal, tenha solicitado remoção para acompanhar seu cônjuge, servidor público de um TRT, que havia sido removido no interesse da administração para localidade diferente da que vivia com sua esposa. Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar que o pedido de Roberta não encontra amparo legal na Lei n.º 8.112/1990.



**7. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** Se a publicação do ato de provimento de determinado indivíduo em cargo público federal tiver ocorrido em 29 de abril de 2013, mas sua posse, somente no dia 15 do mês seguinte, a posse será considerada sem efeito, por ter ocorrido fora do prazo previsto na legislação em vigor.

**8. (CESPE – Assistente 1/CNPq/2011)** Segundo a Lei n.º 8.112/1990, as instituições federais de pesquisa científica e tecnológica podem prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com os procedimentos e as normas nela previstos.

**9. (CESPE – TJ/TRE MS/2013)** Ao funcionário público federal estável aprovado em novo concurso público, para outro órgão, mas não habilitado no estágio probatório desse novo cargo aplica-se, para que retorne ao cargo por ele anteriormente ocupado, o instituto da

- a) redistribuição.
- b) recondução.
- c) readaptação.
- d) reversão.
- e) reintegração.

**10. (CESPE – Analista Administrativo/ANTT/2013)** A reintegração, a recondução e a remoção são formas de manejo do servidor público federal. A reintegração consiste na reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial. A recondução, por sua vez, refere-se ao retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em razão de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante. A remoção, por fim, é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

**11. (CESPE – TA/ANTT/2013)** O servidor público reintegrado ao cargo em razão da declaração judicial de nulidade de ato de demissão não tem direito ao tempo de serviço, aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagos durante o período de afastamento.

**12. (CESPE – Assistente 1/CNPq/2011)** A transferência e a reversão são formas de provimento de cargo público vedadas pela legislação.

**13. (CESPE - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/DEPEN/2013)** De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, são formas de provimento em cargo público a nomeação, a promoção e a recondução.

**14. (CESPE – AJ/STF/2013)** A vacância decorre, entre outros fatos, da ascensão e da transferência.

- 15. (CESPE – Assistente em Administração/FUB/2013)** A remoção constitui o deslocamento do cargo de provimento efetivo desocupado no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo poder.
- 16. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** Considere que, em janeiro de 2012, João tenha completado dezessete anos de idade e começado a cursar Direito, sua primeira graduação. Considere, ainda, que, no fim do mesmo ano, ele tenha sido aprovado em concurso público para um cargo de nível superior. Nessa situação, João estava habilitado para tomar posse no referido cargo em fevereiro de 2013.
- 17. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Segundo entendimento firmado pelo STJ, o candidato aprovado fora das vagas previstas originariamente no edital, mas classificado até o limite das vagas surgidas durante o prazo de validade do concurso, possui direito líquido e certo à nomeação se o edital dispuser que serão providas, além das vagas oferecidas, as outras que vierem a existir durante a validade do certame.
- 18. (CESPE – TA/ANTT/2013)** O portador de visão monocular tem direito a concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- 19. (CESPE - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/DEPEN/2013)** A investidura em cargo público depende de prévia aprovação em concurso público, exceto para os cargos em comissão e as funções de confiança.
- 20. (CESPE – AJ/STF/2013)** A declaração de desnecessidade de cargo público, derivada de juízo de oportunidade e conveniência da administração pública, deve ser realizada mediante lei ordinária específica.
- 21. (CESPE – TA/ANTT/2013)** A natureza do vínculo que liga o servidor ao Estado é de caráter legal e pode sofrer, no âmbito da legislação ordinária pertinente, modificações, às quais o servidor deve obedecer; não há direito adquirido do servidor a determinado regime jurídico.
- 22. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Servidor de determinado TRT, ainda em estágio probatório, não pode ser cedido a órgão do Poder Executivo federal para ocupar cargo de provimento em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) de nível 4.
- 23. (CESPE – Assistente 1/CNPq/2011)** Caso o servidor público não satisfaça as condições do estágio probatório, a sua exoneração do cargo efetivo ocorre a pedido ou de ofício.
- 24. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** O pedido de afastamento feito por servidor em estágio probatório de um tribunal regional do trabalho, para estudos no exterior, poderá ser concedido, já que essa é uma das modalidades de afastamento a que faz jus o servidor público federal.



- 25. (CESPE – Assistente em Administração/FUB/2013)** Se determinado servidor público, em estágio probatório, requerer ao órgão a que esteja vinculado autorização para realizar estudo no exterior, a direção desse órgão agirá corretamente caso indefira o pedido sob a justificativa de inviabilidade do deferimento durante o período de estágio probatório, já que a lei pertinente veda ao servidor em estágio probatório o deferimento da referida licença.
- 26. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Se um servidor público federal tiver realizado despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo, ele terá direito ao recebimento de indenização de transporte, que se incorporará ao seu vencimento.
- 27. (CESPE – Analista Técnico Administrativo/MJ/2013)** Conforme decisão recente do STJ, o adicional noturno previsto na Lei n.º 8.112/1990 será devido ao servidor público federal que preste serviço em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte. Entretanto, esse adicional não será devido se o serviço for prestado em regime de plantão.
- 28. (CESPE – TJ/CNJ/2013)** Além do vencimento, o servidor público pode receber vantagens, como indenizações, gratificações e adicionais, sendo que as duas primeiras vantagens citadas incorporam-se ao vencimento ou provento.
- 29. (CESPE – AJ/STF/2013)** De acordo com a CF, os vencimentos percebidos pelos ocupantes de cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores àqueles percebidos pelos ocupantes de cargos do Poder Executivo.
- 30. (CESPE – AJ/STF/2013)** Considere que determinado ente da administração indireta do qual Pedro é servidor tenha concedido, contrariamente à legislação, benefícios salariais a um grupo de servidores. Nessa situação, dados o princípio da isonomia e o respeito ao direito adquirido, Pedro fará jus aos mesmos benefícios se provar que executa função similar àquela desempenhada pelo referido grupo de servidores.
- 31. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** Constituem indenizações ao servidor público ajuda de custo, diárias, alimentação, transporte e auxílio-moradia.
- 32. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** A convocação para júri constitui hipótese de interrupção das férias de servidor público.
- 33. (CESPE – TJ/TRT 17 ES/2013)** É vedado ao servidor o exercício de atividade remunerada durante o período de licença para capacitação.
- 34. (CESPE – Analista Administrativo/ANTT/2013)** A licença para servidor público federal por motivo de doença de pessoa da família, devidamente comprovada por

perícia médica oficial, poderá ser concedida a cada período de doze meses, por até noventa dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

**35. (CESPE – AJ/TRT 17 ES/2013)** O prazo máximo, incluídas as prorrogações, para concessão de licença a um servidor público por motivo de doença de seu enteado é de até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

**36. (CESPE – Assistente em Administração/FUB/2013)** Caso um servidor público seja demitido de cargo efetivo por ter aplicado irregularmente dinheiro público e, cinco anos depois disso, obtenha aprovação em outro concurso público, ele não poderá assumir o novo cargo, pois a lei de regência veda, ao autor da referida conduta, o retorno ao serviço público federal.

**37. (CESPE – TJ/STF/2013)** Aos servidores titulares de cargos efetivos é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio de que eles desfrutem.

**38. (CESPE – Técnico/MPU/2013)** O servidor vinculado ao regime estatutário que acumular, ainda que lícitamente, dois cargos efetivos não poderá ser investido em cargo de provimento em comissão.

### GABARITO

1. E	6. C	11. E	16. E	21. C	26. E	31. E	36. C
2. E	7. E	12. E	17. C	22. E	27. E	32. C	37. E
3. C	8. C	13. C	18. C	23. E	28. E	33. E	38. E
4. E	9. B	14. E	19. E	24. C	29. C	34. E	
5. C	10. C	15. E	20. E	25. E	30. E	35. C	

### REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Método, 2011.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 31ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BARCHET, Gustavo. **Direito Administrativo: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. “**Personalidade judiciária de órgãos públicos**”. Salvador: Revista Eletrônica de Direito do Estado, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 7ª Ed. Niterói: Impetus, 2013.

MEIRELLES, H.L.; ALEIXO, D.B.; BURLE FILHO, J.E. **Direito administrativo brasileiro**. 39ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.